

A construção da República em Campina Grande (1889-1890)

Me. Hugo Paz de Farias Braga

PPGH-UFPE

hugopazb@hotmail.com

Era dia 15 de novembro de 1889, em Campina Grande, cidade do interior da Província da Parahyba do Norte. Nada parecia diferente para seus moradores naquela sexta-feira. Na manhã seguinte, estava para ocorrer a tradicional feira de gêneros alimentícios. Espaço de lazer da população eminentemente rural daquele Município. Espaço de negócios outros, destinados à exportação. Momento também em que a Cidade se enchia de ambulantes, compradores, comerciantes e viajantes. Conjuntura que favorecia o surgimento de rixas, brigas e confrontos; fossem os com ares mais passionais, fossem os motivados por disputas políticas, que não deixa de ser outra forma de passionalidade (BRAGA, 2017). O Município e seus habitantes estavam na mais completa ignorância do que ocorria na Capital do Império, desde as primeiras horas de 15 de novembro daquele ano de 1889. A próxima mala postal só devia chegar por volta do dia 23 de novembro. Em Campina Grande não existia ramal do telégrafo.

A estação de trem mais próxima ficava há algumas dezenas de léguas. O único periódico produzido no Município, a Gazeta do Sertão, permanecia em uma ignorância feliz, já que pertencia aos Liberais, no poder até então com o último Gabinete Imperial, do Visconde de Ouro Preto. A “notícia” de que Campina Grande agora estava inserida em uma República só devia chegar daí a alguns dias. Também, não era para menos, mesmo na Capital (Rio de Janeiro), as informações eram desencontradas e grassava à desinformação (CARVALHO, 1987). Só por volta do dia 19 ou 20 que a notícia chegou à Campina Grande. Quem tratou de dar realidade à mudança advinda de fora, foi o então Presidente da Câmara Municipal, João da Silva Pimentel, que, do alto de uma escada e armado de um martelo, golpeava à coroa imperial que adornava a frente da Câmara Municipal.

Perante esse contexto histórico, o objetivo desse artigo é se debruçar sobre uma questão que pode ser enunciada de forma simples, embora a resposta não seja

igualmente simples: algo mudou? Não se refere aqui a mudanças conjunturais, pois, se essa fosse a questão, a resposta seria afirmativa. O Brasil passou a ser uma República federativa. As Províncias viraram Estados, conquistando alguns poderes que antes pertenciam ao centro. As instituições mudaram, sem dúvida. O objetivo é, na verdade, analisar se algo mudou do ponto de vista de quem, no Município, dominava o poder e se as práticas advindas da posse de tal poder mudaram. Ou seja, para maioria esmagadora da população campinense, o que mudou?

De forma mais específica, tal análise se volta ao processo de desagregação do regime anterior, o Império, e a reconstrução da nova ordem política – e seus “donos” - no nível do então Município. Evidentemente que tal construção, nos limites de um artigo, só pretende lançar luz a alguns pontos importantes dessa passagem, mais especificamente no início de uma rearticulação das classes dominantes locais frente à nova realidade. Sendo ainda mais específico, o ponto nodal da análise busca a relação entre os membros da classe dominante local, emergidos do Império, com os órgãos do Estado em reconstrução.

Como fontes, serão utilizados os Relatórios de Presidente de Província/Estado, outros documentos oficiais, inventários e jornais locais, em especial a Gazeta do Sertão, primeiro periódico com circulação regular na cidade, surgido no ano de 1888 e empastelado em 1891. Entretanto, nenhuma história merece ser contada sem contexto. Na verdade, o contexto talvez seja o mais importante aqui, e os acontecimentos (proclamação da República) sirvam muito mais com um “pretexto”, como diriam certos historiadores (LEVI, 2000).

Conheçamos agora mais sobre o objeto espacial, o Município de Campina Grande, o palco onde se desenrolou a análise feita abaixo. O leitor notará muitas referências à Dissertação de Mestrado “Campina Grande no Império: poder local e disputas políticas”, defendida em 2017 junto ao PPGH, da Universidade Federal de Campina Grande. É que o texto servirá como base a muitos dos apontamentos subsequentes, embora nele a análise se resuma ao Império.

A Capitania da Parahyba vivenciou um processo de colonização relativamente tardia. Na verdade, até fins do século XVI, não existia, nem na prática, nem legalmente. Foi só no fim desse século que, como forma de combater etnias indígenas que ameaçavam

a Capitania de Pernambuco, a Coroa Portuguesa resolveu empreender o desmembramento da Capitania de Itamaracá e a criação da Capitania da Paraíba (1574). Existiam ainda os interesses econômicos da Coroa, comerciantes e abastados moradores da Capitania Pernambuco que, por meio de “ferro e fogo” contra os indígenas, enfim, depois de anos de luta, conseguiram estabelecer os primeiros núcleos de colonização portuguesa. Data de 1585 o estabelecimento da Capital (MELLO, 2002).

A proximidade com Pernambuco também resultou em modelo parecido de colonização no campo econômico. Já em fins do século XVI foram estabelecidos os primeiros engenhos, datando de 1585 o primeiro, Tibiri, assim como os subsequentes, que aproveitaram as regiões próximas dos rios Paraíba e Mamanguape. Como outros núcleos de colonização na América Portuguesa, a colonização inicialmente se concentrou nas áreas litorâneas. Somava-se ao açúcar a exploração da mata-atlântica, especialmente do Pau-Brasil (MELLO, 2002). Só em meados do século XVII é que o interior, chamado então de Sertão, passou por um processo de colonização e isso se deveu principalmente à resistência indígena. Daí que a Paraíba tenha experimentado sua espécie de bandeirismo, com donos de exércitos privados conquistando, escravizando e tomando posse dos territórios interioranos.

É nesse contexto que é fundada Campina Grande enquanto povoação, mas isso só por volta do final do século XVII, já entrando para o século XVIII. Segundo Almeida (s.d.), em 1777, a povoação possuía cerca de mil e quinhentos habitantes e quarenta e sete fazendas. Em 1790, foi elevada à categoria de Vila, posto em que permaneceu durante setenta e quatro anos. Economicamente, a expansão da colonização em direção ao interior também significou o incremento de atividades produtivas diversas. Enquanto que na Zona da Mata e Brejo a cana-de-açúcar prevaleceu, nas demais regiões, onde se inclui Campina Grande, surgiram atividades criatórias e a agricultura de diversos gêneros cuja produção tanto era consumida nas próprias regiões, como partia para ser comercializada em outras plagas.

Isso não significou que a estrutura econômica do interior fosse assim tão diversa da zona canavieira, diferentemente, como afirmaram muitos. O que prevaleceu, tanto em um como em outro local, é certo que em intensidades diferentes, foi o latifúndio somado ao trabalho cativo, primeiro dos indígenas e depois dos africanos e seus descendentes.

Outro fator contribuiu de forma significativa para esse processo: o cultivo do algodão. Ainda nos anos finais da Colônia esse produto passou a ganhar cada vez mais espaço na pauta de exportações do Brasil. De uma planta voltada exclusivamente ao artesanato local, o algodão se transformou em grande eixo da revolução industrial. Como nos diz certo pensador, sem “[...] escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão, não teríamos indústria moderna” (MARX, 2017, p.103).

Acompanhemos um pouco da evolução das exportações da Província da Parahyba. No exercício de 1841 até 1842, por exemplo, o açúcar exportado pela Província ficou na casa das quase 90 mil arrobas. O algodão, por outro lado, alcançou a cifra de quase 59 mil arrobas (RP, 1841). Já em 1843, o Presidente de Província, Pedro Rodrigues Fernando Chaves, informava com certo entusiasmo que a: “[...] safra de algodão este anno, Senhores, he huma das melhores que tem tido a provincia” (Relatórios de Presidente de Província da Parahyba do Norte, 1843, p.14)¹. Em 1857, a relação ficou, por arrobas, em 260318 de algodão, contra 652563 de açúcar (RPP, 1859). No entanto, é preciso levar em conta que se tratam de produtos diferentes, daí o peso não ser uma boa unidade comparativa. Já usando o valor arrecadado (impostos de importação) dos respectivos produtos², temos que, em 1857, o valor acima de algodão rendeu aos cofres provinciais cerca de 73:000\$000 (setenta e três contos de réis). O açúcar, por outro lado, rendeu próximo de 64:000\$000 (sessenta e quatro contos de réis) (RPP, 1860).

Contudo, como bem disse o Presidente de Província, “i[I]lludir-se-hia porém quem pensasse, que estes algarismos representão exatamente a quantidade dos generos de producção desta provincia [...] Grande parte delles escapa ás estações fiscais” (RPP, 1860, p. 6). Essa era uma reclamação onipresente entre os presidentes de província da Paraíba, a fuga dos gêneros, sem o pagamento dos impostos, para as províncias vizinhas. Na verdade, trata-se de uma questão secular, que atravessará o Império, chegará na República e que se coloca como parte do pano de fundo do último governo da Primeira República, chefiado por João Pessoa e suas instabilidades e acirramentos de conflitos políticos. Fatos que, somados a outros condicionantes, culminarão em seu assassinato. Abaixo também analisaremos o que Campina Grande tem de relação com essa questão.

¹ Disponíveis em: <http://ddsnext.crl.edu/brazil>. Acesso em 02/07/2019. A partir de agora RPP.

² A taxa era de 4% para os dois gêneros.

O que fica claro é o papel cada vez mais dominante do algodão perante o açúcar nos anos seguintes. A década de 1860 marca de vez a mudança na pauta de exportações da Província. Por um lado, contribuía para tal processo a decadência estrutural da lavoura canavieira desde muito tempo, acentuada com o fim do tráfico, em 1850, abrindo espaço para o crescimento dos preços dos cativos e, portanto, perda de competitividade com a lavoura do café; por outro lado, a primeira metade da década referida também marca a Guerra Civil nos Estados Unidos. Acontece que, parte significativa da matéria prima (algodão) das Indústrias inglesas provinha da produção dos estados sulistas daquele país. A queda na oferta de matéria prima fez com que muitas fábricas fechassem as portas ou funcionassem em ritmo lento. O preço do algodão no mercado mundial disparou (MARX, 2017).

Quem quer que se depare com os relatórios do Presidente de Província no período referido percebe uma completa mudança no ânimo dos governantes. No ano de 1864, por exemplo, a receita com dízimos de importação subiu a quase 665:000\$000 (seiscentos e sessenta e cinco contos de réis). Confessava o administrador de plantão que os balanços provinciais nunca apresentaram tamanho superávit, de quase 324:000\$000 (trezentos e vinte e quatro contos de réis). O algodão era a causa de tão proveitosos números. Na realidade, “[...] a elle se deve quasi que exclusivamente o estado prospero, em que se achão as finanças da Província” (RPP, 1865, p. 27). A causa da mudança não só deve ser creditada ao aumento do preço, mas também do aumento da produtividade na Província. De 1863 para 1864, por exemplo, a produção em sacas pulou de 35012 para 74823 (RPP, 1865). É certo que se tratava de um período atípico. Em 1865, embora a Guerra Civil tenha encontrado seu fim, ainda demoraria alguns anos para que a produção sulista fosse capaz de se estabilizar, embora a Grã-Bretanha tenha buscado outras fontes produtoras, especialmente o Egito e Índia.

O fato é que, daí em diante, o açúcar não mais recuperou seu posto. Coincidência ou não, Campina Grande foi alçada à condição de Cidade em 1864. Conheçamos então mais da cidade em meados do século XIX.

Localizada a menos de 150 km da Capital, Campina Grande encontra-se (classificação atual) em uma zona de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, o Agreste (VIANNA, 2013). Contudo, é importante lembrar que o objeto da análise desse artigo

refere-se ao Município de Campina Grande, na época da construção da República, contado com inúmeros outros territórios e povoados a ele aderidos. Segundo a historiadora Marly Vianna (2013), em que pese imprecisão de limites, o Município durante o período em tela, possuía aproximadamente 3000 km². Mesmo assim, nos dias de hoje, ainda é possível perceber as transições nos extremos da Cidade. Isso se reflete no clima e vegetação, o que garantia condições pluviométricas piores que a Zona da Mata, mas melhores que o Sertão.

Ao mesmo tempo em que se localizava em uma zona de transição, o Município também exercia, pela localização, a função de centro de circulação mercantil. Como se disse, a Oeste ficava à Capital; ao Norte, em direção ao Rio Grande do Norte, ficava o Seridó; ao Noroeste, em direção a Alagoa Nova, ficava o Brejo, cuja cidade mais destacada era Areia; em direção ao sudoeste, rumava-se em direção à Recife; pelo Oeste, chegava-se ao Sertão. Com a maior integração econômica do Império e conseqüentemente da Província, parte dos produtos que iam no sentido da Capital e de Recife passavam em Campina Grande, bem como os que faziam o sentido contrário.

Mas tratemos um pouco mais do Município. Em 1860, o Presidente de Província Luiz Antonio da Silva Nunes resolveu empreender uma viagem aos rincões da Província sob sua administração. Em sua excursão passou por Campina Grande, quando essa ainda ostentava condição de Vila. Fez poucas visitas o Presidente, posto que não havia muito o que ver naquela acanhada Vila, daí a pouco Cidade. Como era esperado naquela sociedade regida pelo padroado, visitou a Igreja Matriz, deixando a impressão que se tratava de um templo “[...] algumas proporções e tem decente decoração” (*apud* LIMA, 2009, p. 77). Também não deixou de se referir ao único prédio público que merecesse esse nome, a Cadeia, que se localizava na mesma construção da Câmara Municipal. Está claro que o periodista, parte da comitiva presidencial, resolveu ser simpático para com suas impressões. Afinal estava em casa alheia. Não falou do estado da Câmara/Cadeia, alvo de várias censuras nos documentos oficiais.

O fundamental em termos de estruturas urbanas, ficava por conta de dois açudes públicos construídos com intervalos imprecisos, porém curtos: o Açude Velho e o Açude Novo. Calcula-se que ambos tenham sido concluídos por volta da década de 1830

(ALMEIDA, s.d.). Eles foram importantes na manutenção das condições da população local e do trânsito de tropas de burros e bois.

Nas atividades econômicas locais, predominava a produção de gêneros alimentícios, a pecuária e o plantio de algodão. Dos gêneros alimentícios, destacam-se: o feijão, a mandioca e legumes variados. Dos produtos beneficiados, destaca-se a farinha, base da alimentação de toda a população. Também existiam algumas “engenhocas”, isto é, pequenos engenhos para produção dos subprodutos da cana, em especial a aguardente e a rapadura. Todos esses produtos de consumo interno afluíam nos dias de feira para a Vila, depois Cidade, fazendo do comércio uma atividade essencial em Campina Grande.

Parte dos insumos agrícolas alimentícios eram produzidos em pequenas propriedades, minifúndios, como parte de uma agricultura de subsistência. Também eram produzidos por rendeiros e sitiantes, relações de exploração do trabalho que aumentaram com o decréscimo da população escrava. Os excedentes, quando haviam, eram levados às feiras para serem comercializados em benefício de outros produtos, muitos deles vindos de fora do Município, da Província e até do país.

Outro elemento imprescindível para compreender a economia da localidade em questão é a criação de animais, em especial o gado. Muitos dos inventários consultados apresentavam a presença, em maior ou menor número, do gado. Além do abastecimento do mercado interno, seja da carne, couro ou de seus subprodutos. Na Vila/Cidade existia um comércio significativo de bois que vinham do interior da Província e até de outras localidades vizinhas e rumavam em direção a outros mercados, o da Capital, mas especialmente o de Recife.

Vale lembrar que o couro figurou durante todo o Império como o terceiro produto de exportação da Província, embora com uma grande diferença para com os outros dois. No entanto, já se tinha a noção de que o grosso da produção de gado de corte não pagava impostos ao Governo Central e sim a Província. Muitos dos potentados locais eram pecuaristas (BRAGA, 2017). Em dados extraídos de inventários entre 1840-1905, também é possível perceber a existência de artesãos, produzindo e oferecendo serviços os mais variados, desde ferreiros, carpinteiros etc., até serviços educacionais. Estaríamos diante de um tipo de sociedade mais “democrática” do que o resto da província? Ou seja,

com uma menor concentração de terra, pouca presença de cativos e pouca concentração de riqueza? Essa é uma questão importante de ser tratada.

Assim como outros rincões do Brasil, Campina Grande e a Paraíba também tiveram seus historiadores diletantes, memorialistas e cronistas. E a visão de muitos deles foi a de criação e reforço de diversos lugares comuns, que projetam um passado de idílio e apaziguamento das relações sociais existentes. Para Campina Grande, o caso mais emblemático é o de Epaminondas Câmara, autor de “Os Alicerces de Campina Grande” (CÂMARA, 2006)³, cujos lugares comuns são repetidos até hoje, em nosso ensino, na boca de autoridades etc. O foco será em duas dessas questões. Primeiro refletir sobre uma suposta dicotomia entre escravidão e pecuária e, segundo, analisar o fato de que grande parte da riqueza algodoeira da Província não reproduziu concentração nas mãos de poucos, ou seja, diferentemente da cultura canavieira e sua região de concentração: as zonas da Mata e Brejo. Vamos ao primeiro ponto.

Um dos primeiros “historiadores” da Paraíba foi Irêneo Joffily. Filho de uma família tradicional do antigo Município de Campina Grande, foi um partícipe privilegiado das disputas políticas na Província da Paraíba até o final do Império e início da República. Nascido em 1843, fez aquilo que se esperava dos filhos das famílias abastadas da Vila de Campina Grande. Iniciou-se nos estudos em Cajazeiras e entre desastres pessoais (morte do pai), entrou na Faculdade de Direito do Recife, onde se graduou em Ciências Jurídicas. Uma das peripécias de Joffily, que foi também jornalista, foi o de ter escrito uma obra sobre sua Província natal, “Notas sobre a Parahyba”, obra que é um misto de História, Geografia, memórias de viagens e andanças, apontamentos sobre o clima, o solo, as práticas econômicas etc. Escrita no “exílio” (Rio de Janeiro), a obra foi prefaciada por Capistrano de Abreu (BRAGA, 2017; JOFFILY, 1977).

Talvez inspirado pelo seu prefaciador e por certa influência do romantismo literário⁴, descreveu a formação do Agreste e Sertão tendo como elementos étnicos e econômicos brancos (colonizadores) e índios. Segundo o autor “[...] a presença do elemento de matriz africana foi insignificante, devido à maior adaptação às atividades pecuaristas aí predominantes”. Pior ainda, “[...] o negro escravo era empregado em

³ Para uma discussão mais aprofundada do citado historiador, ver BRAGA (2017).

⁴ Em algumas de suas publicações no Jornal de sua propriedade, utilizou o pseudônimo de “Índio Cariry”. Ver Braga (2017).

atividades “improdutivas”, a exemplo do trabalho doméstico, sendo por isso mesmo visto muito mais como símbolo de status...” (LIMA,2009, p.43). É de se estranhar tal postura. Basta dizer que seu pai era proprietário de escravos, ele próprio foi proprietário de cativos, assim como era correligionário (Partido Liberal) de vários grandes proprietários de cativos, para o padrão campinense. Um de seus correligionários, Honorato da Costa Agra, possuía em 1876, o segundo maior “plantel” cativo da Cidade, ao todo 32 cativos (BRAGA, 2017).

A historiadora Diana Galiza, apesar de ter contribuído com o tema da escravidão e da transição do trabalho escravo para o livre e de ter rompido alguns dos “encobrimentos” e silenciamentos dos historiadores tradicionais, também ostenta em determinados pontos, uma visão parecida com a acima demonstrada. No livro “Modernização sem desenvolvimento na Paraíba...”, fruto de sua Tese de Doutorado, escreve que na pecuária “[...] foi utilizada a mão-de-obra índia ou mameluca, dada sua predominância na região e o nomadismo típico do pastoreio, tão adequado à índole indígena”, embora complete que “o trabalho negro não foi omissos nas fazendas sertanejas”. Quanto ao algodão, a autora diz que o escravo “[...] negro não foi elemento imprescindível na lavoura algodoeira, mesmo quando ela se desenvolveu em grandes propriedades (GALLIZA, 1993, p.26-29), pois, sendo o algodão de “[...] ciclo vegetativo curto, não seria vantajoso manter o cativo todo o ano, uma vez que proporcionava trabalho ao negro somente de maio a dezembro” (GALLIZA, 1993, p.29).

Apesar de escassas e inconstantes, vejamos alguns dados sobre a população geral e escrava na Paraíba e em Campina Grande. Pouco antes da Independência, em 1819, a população geral da Província da Parahyba do Norte foi calculada em quase 100.000 pessoas, sendo 16.723 de condição escrava e 79.725 de condição livre. Em 1823, as estimativas contabilizavam uma população total de 122.407, dos quais 20.000 eram cativos e 102.407 de condição livre (LIMA, 2009). Temos, portanto, uma relação entre a população geral e cativa, respectivamente de quase 21% e 16,33%. Embora tais estimativas sejam pouco confiáveis em termos da população geral, a relação entre cativos e livres pode ser aproveitada para comparação com outras províncias do chamado Norte Agrário, isto é, o que hoje é o nordeste. Embora a Paraíba não chegasse perto da relação

existente nas províncias de grande desenvolvimento das lavouras de exportação – Bahia e Pernambuco –, possuía um número significativo de cativos (LIMA, 2009).

Infelizmente, as estimativas não dividem tais números por regiões da Província. Em 1847, foi o próprio governo da Província que preparou dados sobre a população, sem contar os cativos. Mas esses números podem ajudar a lançar algumas considerações. Eles calculavam a população livre total da Província em 151.458 pessoas, não as dividindo em sexo. A maior população ficava por conta do Município de Bananeiras, com 21.589 pessoas, seguida da Capital, com 20.099 pessoas; Pilar ocupava a terceira colocação com 18.975 pessoas e Campina vinha colocada na quarta posição, com 14.449 pessoas. Temos, portanto, uma situação interessante. Se agruparmos as zonas litorâneas, chegamos à conclusão de que elas possuíam uma população livre menor que a junção entre Brejo, Agreste e parte dos chamados sertões (RPP, 1847; RPP, 1848).

Em 1851, o então Presidente de Província lançava em seu relatório novas estatísticas demográficas, dessa vez incluindo a população escrava (RPP, 1851). Nesses idos de 1851, a Província possuía uma população total de 208.952 pessoas, das quais 28.473 eram escravizadas. A então Vila de Campina Grande, por seu turno, possuía um total de 3.446 cativos, constituindo-se na localidade com maior população escrava da Província da Paraíba (RPP, 1851). Outro fato de importante destaque é que, junto a Campina Grande, subsistiam outras localidades onde as principais atividades econômicas estavam mais voltadas ao algodão, pecuária e agricultura em geral.

Destacam-se, nesse sentido, a Vila de Sousa com o mesmo número de cativos que em Campina Grande; Catolé do Rocha, com cerca de 1108 cativos e uma população livre de apenas 6135 habitantes; São João do Cariri, com 1520 cativos, contra uma população livre de 9.455 almas. Na tradicional zona canavieira, que na Paraíba incluía o Brejo, se destacavam: Mamanguape, com 2.150 cativos e com população livre de 8.123; Santa Rita, com 1309 cativos e com uma população livre de apenas 4.560 pessoas; Areia, com uma significativa população livre de 18.540 e 2.012 cativos (RPP, 1851). Esses números são ainda mais interessantes porque vislumbram um período em que a segunda lei de extinção do tráfico intercontinental havia sido aprovada e posta em prática. Percebe-se, então, que não a Província da Paraíba tinha um número considerável de cativos, mas que eles

também estavam distribuídos em variadas regiões e, portanto, em diferentes áreas de atividades econômicas.

O período também deixa entrever o ainda pouco efeito da Lei de 1850 pois, a partir de então, os preços dos cativos dispararam, fazendo com que pequenos proprietários achassem vantajoso vender seus cativos às regiões que despontavam economicamente. Vejamos algo da evolução de preço sobre os cativos em Campina Grande tomando como base cativos homens entre 18 e 25 anos.

A historiadora Marly Vianna comparou os preços em Campina Grande e Rio Claro, região cafeeira. Entre 1840 e 1852, por exemplo, o preço médio do cativo em Campina Grande, segundo as bases acima, era de 500\$000 (quinhentos mil réis), enquanto que em Rio Claro chegava a 650\$000 (seiscentos e cinquenta mil réis) (VIANNA, 2013, p. 74). Temos, portanto, uma diferença pequena entre as duas localidades. A partir de 1854, quando os últimos desembarques de cativos não alcançaram sucesso, tal diferença só fez subir. Entre 1854 e 1857, a relação era de 800\$000 (oitocentos mil réis) contra 1:177\$000 (um conto cento e setenta e sete mil réis). Entre 1872 e 1884 essa relação passou para um conto de réis contra dois contos (VIANNA, 2013, p. 74).

Tal valorização do cativo só acentuou mais ainda o processo de concentração de bens nas mãos de poucos grandes proprietários. Eles puderam manter grandes plantéis de cativos a sua disposição, reforçando o monopólio que possuíam da terra e da força de trabalho. Dados coligados por Lima (2009), usando inventários *post-mortem* entre 1775 até 1888, mostram que, apesar dos pequenos proprietários – de um a três cativos - serem a maioria dos inventariados com cativos, 304 inventariados ou 53,3% do total, eles apenas possuíram 17,5% do total dos cativos presentes nesse corpo documental. Enquanto isso, os grandes proprietários – acima de dez cativos – 78 inventariados ou 13,7% do total, possuíram a posse de 1440 cativos ou 46,7% (LIMA, 2009, p. 211). Ainda que os grandes proprietários tenham decrescido no número de cativos possuídos, o que se vê é que eles serão os que conseguirão manter grandes plantéis em pleno processo de desagregação da escravidão.

No entanto, não se deve enganar. Ainda que o número geral de cativos tenha decrescido, para os grandes proprietários, tal processo não pode ser visto apenas como

um sintoma de decadência econômica, pois a venda de cativos para outras plagas, onde eles eram bem mais valorizados, constituía-se também em uma forma de acumulação de riquezas. Daí que tenham, ao mesmo tempo, mantido certo número de cativos em sua posse e, por outro lado, buscado negociar outros, complementando a força de trabalho com trabalhadores livres; afinal ainda detinham o monopólio da outra propriedade fundamental nessa sociedade: a terra. Interessante a esse respeito é o caso de um dos potentados locais, Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque que, chegado de Pernambuco, estabeleceu-se em Campina Grande no final da década de 1850 e início de 1860.

Alexandrino foi um proprietário de múltiplas atividades econômicas. Veio como comerciante, comprou terras onde tinha plantações de algodão e criações de animais, construiu inúmeras propriedades urbanas, desde casas que alugava, a prédios comerciais. Também vendeu e comprou muitos cativos. Subsídios indicam que era um traficante interprovincial, comprando cativos dos pequenos proprietários, ficando em posse de uma parte e vendendo outra. Também emprestava dinheiro, provendo de crédito aqueles proprietários que não possuíam. Uma de suas principais atividades econômicas era justamente o algodão. O Engenho Conceição, sua principal propriedade, era destinada a essa atividade, onde empregava parte significativa de seus cativos, 44 em 1876. Ao falecer, em 1894, Alexandrino deixou uma significativa fortuna para os padrões locais, cerca de 170 contos de réis (BRAGA, 2017; LIMA, 2009).

Mesmo com o tráfico interprovincial e depois do surto de cólera em meados da década de 1850, que vitimou número considerável da população da Província, Campina Grande possuía 1105 cativos no ano de 1872. Nesse momento, ainda é necessário levar em conta a Lei do Ventre Livre, aprovada um ano antes. Isso elevou ainda mais o preço dos cativos, já que as fazendas de café do Sul não podiam mais contar com a reprodução endógena dos plantéis. Outro fato que merece atenção é a possibilidade de desmembramentos do Município, pois, segundo o Censo de 1872, a população total do Município havia decrescido de 17.895 para 15.104. Mesmo com o surto de cólera, não é de se esperar tamanha diminuição em um espaço grande de tempo como esse. Feitas essas

observações, outro fato interessante é que em 1876 o número de cativos tenha crescido para 1206 (CENSO DE 1872⁵; LIMA, 2009).

Ademais, o Município permaneceu como um dos maiores contingentes cativos da Paraíba. Quanto à posse da terra, embora existissem os já aludidos minifúndios e seu número era alto, eles concentravam uma parte menor do que as grandes propriedades. Entre 1840 e 1905 a historiadora Marly Vianna (2013) catalogou 3231 propriedades. Ao todo, 1919 propriedades, ou 59,6%, tiveram seu valor enquadrado em até 100\$000 (cem mil réis). No outro extremo, 18 propriedades ou 0,5% estiveram na faixa de 5:000\$000 (cinco contos de réis) a 15 (quinze contos de réis). Nas propriedades avaliadas em mais de quinze contos, apenas duas ou 0,1% do total, figuram entre as inventariadas (VIANNA, 2013, p. 70). O que se vê, portanto, é que, embora o algodão tenha sim sido plantado por pequenos proprietários e até rendeiros, o grosso da produção de riquezas ficava nas mãos de poucos, que possuíam recursos para monopolizar a mão-de-obra (escravos e dependentes), condições de terem grandes produções (terras, crédito, máquinas) e acesso aos mercados pelos meios de transporte.

Essa situação tornou-se ainda mais flagrante com o avanço do século XIX, na medida em que os melhoramentos eram cada vez mais necessários (máquinas de descarregar, prensas hidráulicas etc.). Além disso, muitos dos grandes produtores de algodão do Município eram também intermediários e comerciantes do produto, fato que contribuiu para monopolizar ainda mais a riqueza adquirida com o “ouro branco”. Qual era o lugar da política nessa sociedade? A política era controlada pelas frações da classe dominante no Município, pertencentes no período imperial ou ao Partido Liberal ou ao Partido Conservador. Na posse desses interesses, tal classe buscava conseguir melhoramentos, a exemplo do trem-de-ferro, que beneficiassem seus negócios. Além disso, exerciam os cargos locais, a exemplo de subdelegados, com o objetivo de aumentar seu poder sobre os homens livres pobres, em um momento de declínio da escravidão (BRAGA, 2017).

Tal estrutura se manteve, na passagem do Império para República, simplesmente inalterada. Mesmo os nomes que se revezavam no poder, permaneceram na Campina

⁵ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 02/07/2019.

Grande republicana. Daí que o advento da República provavelmente pareceu para a população do Município como mais uma das tantas derrubadas dos liberais e “subida” dos conservadores ao poder. Com a estrutura de poder sem mudanças, as formas de apropriação do Estado e suas consequências permaneceram também iguais. Os cargos, com nomes diferentes, serviam aos mesmos objetivos anteriores. A participação da população na tomada de decisões continuou o que era durante o Império, nula. A classe dominante local, criada e crescida como dona de gente e terra, concentradora de riqueza material e imaterial, continuou no poder por muito tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa. s.d.

BRAGA, Hugo Paz de Farias. **Campina Grande no Império: poder local e disputas políticas**. 2017. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande**. 3. ed. Campina Grande: Caravela, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GALIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa: Idéia, 1993.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. Apresentação. In: JOFFILY, Irêneo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da "Rainha da Borborema": Uma história social da escravidão em Campina Grande - Século XIX**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e Resistência**. 7. ed. João Pessoa: A União, 2002.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **O Município de Campina Grande 1840-1905: estrutura de distribuição de terras, economia e sociedade.** Campina Grande: Edufcg, 2013.